XV Coloquio Internacional de Geocrítica
Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista
Barcelona, 7-12 de mayo de 2018

FUSÃO DE LUTAS SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: PERSPECTIVAS DA RECICLAGEM NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Márcia S. Hirata
Universidade Federal de São João del-Rei
marciahirata@ufsj.edu.br

Adentramos o século XXI com o aprofundamento das desigualdades sociais à escala mundial, com afirmações de falta de alternativas e de fim da história. Neste contexto, práticas sociais de questionamento à desigualdade eclodiram de modo significativo, com manifestações históricas em vários países, como a Primavera Árabe, na Turquia, e os Indignados, na Espanha, além da conquista de governos de viés mais popular em eleições na América Latina. Por outro lado, tivemos a forte crise econômica mundial de 2008 e o avanço de governos mais conservadores, como mais recentemente na Argentina e no Brasil. Some-se ainda um outro conflito que tem ampliado seu espaço no debate político e econômico quanto aos limites do desenvolvimento, o desafio ambiental que, apesar de já ter adentrado níveis de irreversibilidade, pouco avança diante dos impasses nas conferências internacionais promovidas no âmbito das Nações Unidas. Neste movimento de avanços e retrocessos, as análises e as lutas sociais ainda não constituíram um horizonte mais sólido de compreensão e de perspectivas de enfrentamento da desigualdade. Ainda não ultrapassam a dimensão das experiências, mas práticas de resistência surgidas neste momento de crise estrutural do capitalismo levantam novas questões que podem indicar caminhos.

Neste sentido, os estudos urbanos, que incorporam a dimensão produtiva ao espaço trazida por Henri Lefebvre, têm contribuído com uma perspectiva crítica quanto aos impactos para a reprodução social, e mesmo configuram-se como uma centralidade para compreender as mudanças trazidas pelo neoliberalismo: a base produtiva foi flexibilizada e já não se concentra mais na indústria, mas encontra na produção do próprio urbano uma potência de acumulação de base rentista e financeira que renova a produção da desigualdade. Com tal reestruturação produtiva, alteram-se os conflitos, o que exige repensar as análises críticas e as formas de resistência pela mobilização social.

Mas este urbano como uma base produtiva e reprodutiva conformou-se junto ao processo de industrialização, o que permite o estabelecimento de um fio de análise[1]. Buscaremos assim puxar este fio do urbano, retomando sua consolidação em torno das interpretações dadas aos conflitos dos anos 1970/1980 representados pela manifestação dos chamados "novos movimentos sociais", cuja relevância histórica para Lúcio Kowarick constitui-se a partir de uma

[1] Tomamos aqui tanto a ideia de "fio" como de "trama" e "trajetória", em referência ao texto de 2005 de Vera da Silva Telles, "Pontos e Linhas", em que retoma o a interpretação teórica consolidada sobre a produção da cidade como questão social resultante da industrialização dos anos 1950 a 1970.

"fusão de reivindicações" urbanas[2]. Segundo os estudiosos, a efervescência mobilizadora daquele período foi possível por tal fusão constituída na apropriação do urbano, e que ganhou dimensão explicativa pelo conceito trazido pelo mesmo autor, a espoliação urbana, uma interpretação de viés especificamente urbano para os conflitos sociais. Este será o ponto de partida para refletir sobre processos espoliativos atuais, com a incorporação da renda da terra no entendimento da produção do urbano contemporâneo. Com isto, será possível uma aproximação com o debate ambiental, nova dimensão unificadora para os conflitos sociais. Estes serão os preâmbulos para apreendermos uma apropriação conflitiva do espaço urbano pelo trabalho na reciclagem, que elucidam a constituição de novas estratégias de mobilização sob os desafios do rentismo a reconfigurar nossas cidades.

Para tanto, aqui damos centralidade à noção de fusão como objeto de um olhar urbano. Primeiramente retomaremos os pressupostos analíticos que levaram o autor a formular tal noção, para em seguida retomá-la à luz das análises atuais sobre a produção do urbano determinada pelo rentismo atrelado aos interesses financeiros. Esta será a base para problematizar uma prática social de apropriação do espaço pelo trabalho na atividade da reciclagem no centro da cidade de São Paulo, já no novo século, que nos traz elementos concretos de análise para refletir sobre o que seria uma possível estratégia de fusão de lutas, que no contexto do domínio rentista e da acumulação financeira, constitui-se como questão urbana e ambiental, e que em sua constituição contraditória permite pensar a construção de alternativas de luta, mesmo para pessoas submetidas às condições de extrema exploração de seu trabalho.

Lutas sociais sob a industrialização no Brasil nos anos 1970/1980

No Brasil, na virada para os anos 1980 foram relevantes os conflitos nas fábricas, quando as greves metalúrgicas da região metropolitana de São Paulo eram mediadas pela organização do então chamado "novo sindicalismo"[3], situação improvável de ser retomada atualmente diante do desenvolvimento tecnológico e da ampliação do mercado informal de trabalho. Novos conceitos procuram dar conta desta mudança. Por exemplo, a antiga qualificação do trabalhador como operariado passa a ganhar novos nomes, como "precariado" e "ralé"[4]. Se o urbano ganha centralidade produtiva, quais são os novos conflitos e como os estudos urbanos contribuem para elucidá-los e, principalmente, como podem contribuir para perspectivas de enfrentamento da desigualdade social?

Mas uma questão anterior se coloca: o que teria mudado nas lutas sociais e o que os estudos sobre as mobilizações atuais estão observando e permitindo reinterpretar com a entrada no novo século predominantemente urbano? Para Kowarick, uma das referências nos estudos sobre as lutas sociais e as transformações urbanas desde os anos 1970, em sistematização sobre sua produção intelectual publicada em 2000 constata que houve "mudanças na priorização dos estudos urbanos e nos modelos interpretativos, que passaram daquilo que chamo estrutura sem sujeitos para a análise de sujeitos liberados de qualquer constrangimento estrutural"[5]. Telles, ao

---

[2] Kowarick, 1979.
[3] Sader, 1988.
[4] *Precariado* e *ralé* são conceitos trazidos respectivamente por Ruy Braga e por Jessé de Souza, que divergem quanto às bases explicativas da formação da sociedade brasileira. Não intentamos aqui adentrar o debate, mas simplesmente mostrar um momento que é de transformação social e também de reformulação teórica.
[5] Kowarick, 2000, p.17.

retomar as referências analíticas do mesmo período para repensar os conflitos atuais, indaga-se: "com quais parâmetros colocar em perspectiva e sob perspectiva crítica os processos em andamento?"[6]

Enquanto ficam cada vez mais claras tais inquietações que demandam reformulações de análise, consolidam-se mudanças sociais em que fica evidente a centralidade do urbano nas estratégias de acumulação econômica. Neste sentido, foi elucidativa a crise do *subprime* norteamericano em 2008 que afetou as economias mundiais, baseada em negociatas financeiras tendo por lastro a moradia dos trabalhadores. Rentismo e mercado financeiro, definitivamente adentram as reflexões sobre a apropriação do espaço urbano.

Surgem diferentes estudos que procuram avançar na interpretação dessa nova forma de produção do urbano e, portanto, de espacialização da desigualdade resultante, exigindo a reformulação dos conceitos urbanos, tais como os de periferia, metrópole e condomínio[7]. Se altera-se a configuração da desigualdade, o que teria acontecido com os conflitos sociais?

Termos como *força da periferia*[8] e *novas personagens*[9] não trazem mais respostas sob o neoliberalismo. Os sindicatos dos metalúrgicos, que representaram fortemente tal *força* e tal *novo*, perderam centralidade na luta dos trabalhadores. Outro grupo que se consolidou com a redemocratização, os movimentos de moradia, vêm seus avanços na regulamentação urbanística desfazerem-se diante dos inúmeros grandes projetos de reformulação urbana que expulsam as famílias de baixa renda para periferias mais distantes.

Para Telles faz-se necessário o estudo das novas *trajetórias urbanas* nos territórios reconfigurados. Foi a compreensão sobre a relevância do encontro de tais trajetórias durante o período de crescimento industrial brasileiro que permitiu compreender aquela "força" expressiva da mobilização social, reunindo o espaço da fábrica e dos bairros de moradia dos operários das indústrias, e que conformaram as condições para os avanços democráticos no país, um processo de "fusão" de reivindicações, segundo Kowarick[10].

Uma observação empírica atual aponta-nos a validade ainda dete processo de fusão para pensar as resistências sociais. Para tanto, retomaremos o processo de constituição das *trajetórias* dos sujeitos da reciclagem no centro da cidade de São Paulo[11] em uma reinterpretação do que seria uma fusão sob as novas tramas do urbano hoje. O estudo do cotidiano de apropriação do espaço por este sujeito nos traz elementos para repensar a relação entre o trabalho e o urbano, o que explicaria a consolidação de sua mobilização com a fundação do Movimento Nacional dos

---

[6] Telles, 2005, p.2.
[7] Sobre o conceito de *periferia*, ver: Tanaka, G.M.M. *Periferia:conceitos, práticas e discursos.* Práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. Tesis (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo, Brasil : Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2006. Sobre *metrópole*, ver: Lencione, S. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. Em: *Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago.* Lencione, S., [*et al*]. São Paulo: FAUUSP, 2011. Sobre *condomínio*, ver: Tone, B.B.. *São Paulo, século XXI:* valorização imobiliária e dissolução urbana. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo/Habitat). São Paulo, Brasil : Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2015.
[8] Gohn, 1985.
[9] Sader, *Op.cit.*.
[10] Kowarick, 1979.
[11] Hirata, 2011.

Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), bem como de sua resiliente presença em uma disputada centralidade imobiliária, o centro antigo da cidade de São Paulo. Tal como em várias cidades de países em desenvolvimento que se articulam globalmente com cidades da centralidade econômica, nos anos 1990 São Paulo entra no circuito dos processos mundiais de revitalização no âmbito da reestruturação imobiliária[12]. Se no período anterior o conflito entre capital e trabalho dava-se no âmbito da industrialização, este caso permite uma nova contextualização representada pelo trabalhador da reciclagem, à luz dos avanços interpretativos das atuais transformações do urbano relacionados à propriedade e à sua potência rentista. E por extensão dessa análise pela renda da terra, veremos como o debate ambiental se recoloca.

Fusão de lutas sociais e a produção do urbano

Fusão de lutas nos anos 1970/1980

A proposta de *fusão* refere-se ao percurso das lutas sociais que se configuraram em um contexto histórico e urbano de "fusão dos conflitos e reivindicações", resultante do acelerado processo de industrialização e urbanização do Brasil desde a década de 1950. Kowarick desenvolve a compreensão desta noção como uma aglutinação de uma diversidade que redefine as forças sociais, em uma leitura "à luz da teoria dos conflitos de classe" e da percepção das lutas cotidianas[13]. Foi um período com significativas e diversas manifestações dos então chamados "novos movimentos sociais", representativos de grupos operários, de mulheres, de professores, de moradores de periferia e favelados a reivindicar infraestrutura básica e equipamentos públicos, entre outros, que compuseram a chamada *força da periferia*[14], e que se configurou em um forte movimento social de resistência à opressão da ditadura militar[15].

A relevância desta compreensão integradora de forças sociais múltiplas adentra a história do urbano no país como uma forma de resistência social que nega parte da expectativa teórica tradicional bem como a visibilidade exposta na mídia sobre as greves metalúrgicas de 1978/80, e que apontaria o chamado *destino histórico* da classe operária, salienta Kowarick[16]. Sobre a emergência dessa força o autor introduz a relevância do cotidiano da reprodução social do trabalhador, portanto não considerando somente os conflitos no âmbito do trabalho, mas também na esfera da moradia e da vida urbana. Não se trata de negar a relevância das lutas nas fábricas, mas para o autor elas estavam atreladas a uma "teia cotidiana de luta"[17].

Para Emir Sader, tratava-se de uma "nova configuração das classes populares no cenário público", "novos personagens em cena", que se explica "pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam", de modo diverso do registro histórico das mobilizações da primeira metade do século[18]. Entre os casos estudados por este e outros autores na Região Metropolitana de São Paulo, figuram tanto o lugar da produção quanto da reprodução social: metalúrgicos da cidade de São Paulo e em São Bernardo, junto a mobilizações por saúde e melhorias nas

---

[12] Pereira, 2011.
[13] Kowarick, 2000, p. 78.
[14] Gohn, *Op.cit.*.
[15] Brant e Singer, 1980.
[16] Kowarick, 2000, p. 72.
[17] *Ibid*. p. 74-75.
[18] *Op. cit*, p. 36, 37.

condições de vida, como os clubes de mães, respectivamente nas regiões leste e sul da cidade de São Paulo. Neles, observa discursos comuns que lhe permite constituir matrizes explicativas que se misturam no cotidiano: uma tradição religiosa cristã das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), um marxismo da esquerda militante e a reconfiguração sindical estadonovista dos anos 1930 em um "novo sindicalismo".

São matrizes constituídas em um processo que problematiza "um dia a dia massacrante", ressalta Kowarick[19], de formas degradantes das condições de vida resultantes de um processo de industrialização e urbanização que permeiam os diálogos dos trabalhadores/moradores na sociabilidade dos encontros urbanos e que se tornam também encontro de experiências. Para Sader, tratava-se de produção de "novas formas de identidade coletiva que criaram referências comuns mais abrangentes e vínculos maiores." E, assim, se explicaria a força das greves de 1979-80[20].

A noção de fusão, portanto amplia a compreensão sobre as condições de transformação social do *mundo do trabalho* para o *mundo urbano*. À compreensão dos processos de exploração do trabalho no âmbito da produção geradoras da desigualdade social, acrescentou-se naquele momento um outro fator explicativo dos conflitos sociais pela inclusão do espaço de reprodução social, a espoliação urbana. Como este conceito contribui para trazer a dimensão urbana pela junção dos diferentes e complementares momentos de produção e reprodução social?

A espoliação urbana

Retomemos o conceito de *espoliação urbana* por Kowarick:

> Somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.[21]

Este conceito, amplamente utilizado nos subsequentes estudos urbanos sobre a produção desigual do espaço permitiu uma outra densidade explicativa para o termo *periferia* para além de uma questão geográfica: territórios distantes da centralidade urbana marcados pelos loteamentos irregulares, com precária infraestrutura urbana e de equipamentos públicos. Além de compreender a exploração do trabalhador em termos de mais-valia, incorpora também a situação do mesmo sujeito como morador espoliado, o primeiro focado no âmbito da produção, o segundo no da reprodução social pelo consumo. Mas, como diz o autor, ainda falta "muito esforço teórico e de pesquisa para se obter os instrumentos conceituais adequados que deem conta da problemática referente à ligação entre exploração do trabalho e espoliação urbana"[22]. De fato, com os estudos mais recentes conduzidos por pesquisadores sobre o atual processo de valorização imobiliária, em que as finanças mundializadas apropriam-se do potencial da renda da terra, tem-se acrescentado mais uma camada ao entendimento teórico sobre a unicidade entre produção de riqueza e de desigualdade social.

---

[19] *Op. cit*, p. 76.
[20] *Op. cit*. p. 312.
[21] *Op. cit*., 1979, p 59.
[22] *Op.cit*.., 2000, p 22.

Vale repetir formulação mais recente em que o próprio autor mais claramente visualiza um outro elemento explicativo para espoliação, a terra como parte da produção de valor, acrescentando o "acesso à terra e à moradia":

> somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou o que é pior, da falta dela.[23]

Na primeira formulação, o aspecto dominante na análise eram as consequências da produção industrial sobre o urbano iniciado em décadas anteriores, a qual era realizada sob a ótica do que podemos chamar de visão industrial. Levava em consideração a atuação do Estado que nega a demanda de infraestrutura e equipamentos como consumo coletivo necessário à reprodução do trabalhador, e que privilegia a destinação dos recursos públicos para a infraestrutura produtiva. Atualmente, com o rentismo sob a acumulação financeira é preciso alterar este olhar, cabendo destacar que para compreender a apropriação da riqueza sob a forma de rendas, a relevância do urbano passa a exigir um outro olhar, uma visão urbana.

Com isto, queremos destacar a grande contribuição que Kowarick permitiu em termos de compreensão da articulação entre formas de desenvolvimento e de produção do urbano, ao ampliar o olhar somando a espoliação à exploração. E no sentido de avançar nesta conceituação, hoje sob o atual contexto rentista, com mais clareza é possível compreender a produção da então periferia inserindo-a como parte da valorização do capital não somente na produção da mais-valia sobre o trabalho[24] e na negação das condições urbanas pelo Estado, mas também pela valorização imobiliária produzida pelo crescimento da cidade. É o que nos propõe Paulo Cesar Xavier Pereira: "expandir a noção de espoliação urbana para que se possa abranger aspectos da valorização imobiliária e, assim, se constituir numa vertente espacial, que ao lado do processo de exploração do trabalho resultam no pauperismo urbano"[25].

Para o trabalhador que tem que pagar para ali viver, seja por meio de aluguel ou algum financiamento para compra da terra e do imóvel, hoje pode-se também falar em *espoliação imobiliária* e *espoliação financeira*[26]. A consequência urbana são condições de moradias que são empurradas para áreas mais distantes ou para uma maior precariedade quando mais centrais, junto a uma dívida de financiamento a ser paga com mais anos de trabalho. Não iremos aqui aprofundar os conteúdos destes outros âmbitos da espoliação, mas buscar a sua base de compreensão, a apropriação do espaço pela renda da terra, para repensarmos no atual contexto a noção de fusão dos conflitos e reivindicações urbanas, que por sua vez nos exigirá acrescentar mais uma dimensão de análise, a questão ambiental sob o urbano.

Produção do urbano e questão ambiental sob o rentismo

Retomemos brevemente o debate sobre a terra e sua potencialidade rentista. Na modernidade ela passa a ser um bem mercantil ao tornar-se propriedade privada e, diferente de outras

---

[23] *Op. Cit.*, p. 22, grifo nosso.
[24] Ou mesmo do sobre-trabalho da autoconstrução da moradia do trabalhador pelo próprio trabalhador, segundo outro marco teórico fundamental de compreensão da produção do urbano, de Francisco de Oliveira (1972)
[25] Pereira, 1986, p. 208.
[26] Pereira, 2011, p. 29.

mercadorias, contém uma condição única de não reprodutibilidade. Adquire características de monopólio, portanto com especial potencialidade de obtenção de renda a partir de sua apropriação, que se dá de uma forma dupla: uma pela extração de riqueza por sua materialidade, pela exploração de seu solo; e outra por sua condição espacial relacionada aos usos como propriedade privada[27]. E esta dupla possibilidade torna possível uma tripla fonte de renda: pela exploração da terra, pela possibilidade de extração de seus materiais e pelo uso do espaço que no âmbito urbano é definida pelas diferenças de demanda das construções, respectivos usos e condição de inserção urbana[28]. Ou seja, diante da demanda de usos urbanos o imóvel tem a potencialidade de obtenção de renda: a partir do consumo de materiais para sua construção (de extração), a partir de seu uso em si (imobiliária) e a partir do valor adicional obtido pelas condições gerais de seu entorno (fundiária).

Com tamanha potencialidade de renda, mais claramente compreendemos que já não se trata somente de obtenção de lucro pela mais-valia obtida pela materialidade mais aparente do setor da construção, mas podemos também compreender as abstrações que se colocam sobre a terra tornada propriedade, rentabilidade que fez com que o setor imobiliário se transformasse em centro da acumulação. David Harvey[29] bem o demonstrou sobre as diversas crises econômicas mundiais do século XX, tais como, entre outras, a crise no Japão na década de 1990, nos Estados Unidos em 1973 e, mais recentemente com a crise de 2008, com origem na quebra dos ativos imobiliários dos Estados Unidos lastreados em hipotecas sobre a casa dos trabalhadores. Se nas crises anteriores a população mais pobre indiretamente sentia os reflexos da crise, com o aumento do custo de vida e desemprego, em 2008 muitos, principalmente os trabalhadores norte-americanos, de modo mais direto foram afetados com a perda da moradia.

Mas como argumentamos, tal expressão material vai mais além. A materialidade da terra como centralidade na obtenção de renda, como já dito, não se refere somente ao seu aspecto imobiliário, mas também fundiário e extrativo. Em um primeiro olhar temos o avanço das cidades sobre áreas de proteção ambiental, o que se transformou na repulsa de ecologistas mais tradicionais em relação à cidade, cujo crescimento avança sobre o campo e a natureza, afetando o ecossistema natural.

Mas o impacto pode ser mais profundo do que tais militantes pela natureza vêm na aparência ou de modo fragmentado. Para a produção deste urbano, por um lado é potencializada a renda de extração de jazidas de minérios que desfiguram as paisagens naturais, devido à ampliação da demanda por matéria-prima para a materialização mundializada de construções, gerando, entre outros, o extremo da produção chinesa de novas cidades sem moradores. Por outro lado, articula renda fundiária e imobiliária relacionando a produção de centralidades econômicas valorizadas com seus novos e arrojados prédios de alta tecnologia ditos sustentáveis, processo simultâneo à construção da moradia do trabalhador cada vez mais precária e distante a avançar sobre áreas rurais e de proteção ambiental[30].

Para nosso enfoque nas lutas sociais, a apropriação privada da riqueza por meio do avanço do imobiliário tem como consequência a negação do direito à cidade com a dilapidação da

---

[27] Pereira, *apud* Lenin, 1990, p. 119, 120.
[28] Pereira, 2016, p.9.
[29] Harvey, 2013.
[30] Martins, 2011.

natureza[31], por meio da expropriação dos *recursos* humanos e naturais. Portanto, a forma como se dá a reprodução social hoje, de base rentista sobre o urbano, implica em uma simultaneidade dos problemas sociais. Cada construção levantada implica em explorar os fluxos materiais da natureza, ao mesmo tempo que avança os usos urbanos sobre sua superfície; bem como suga a energia do trabalhador em sua baixa condição de reprodução de si na construção da moradia e na precária condição de vida urbana, ao despender tempo no transporte e quando do precário acesso aos benefícios dos serviços e equipamentos urbanos.

Como, então, negar estas expropriações e afirmar uma outra forma de reprodução social do ser humano em relação à natureza? Seria efetiva a negação da cidade, como fazem alguns ambientalistas [32] ? Desde que a cidade tornou-se o lugar da reprodução social com a industrialização no século XIX, ficou evidente a potência do urbano. Não se pode negar os problemas sociais desta forma de desenvolvimento, mas Lefebvre, ao invés de negá-la, discerne claramente o que é da industrialização e o que é do urbano, notando a potencialidade deste como realização humana e da cidade como um direito[33]. Em meio à urbanização brasileira gerada pela forte industrialização dos anos 1950 aos 1970, e respectivas produções de desigualdade social e problemas ambientais, os estudiosos do urbano puderam constatar isto na prática. Foi o que notaram Kowarick e outros autores que compreenderam as lutas sociais que conquistaram a redemocratização nos anos 1980 e as melhorias nas condições de vida na cidade, associando espaço da produção, nas indústrias, e no da reprodução social nos bairros de moradia.

Como nos diz Lefebvre, para a compreensão do urbano " todas as noções, todas as baterias de conceitos entrarão em ação: forma, estrutura, função, nível, dimensão, variáveis dependentes e independentes, correlações, totalidade, conjunto, sistema etc." Para a atualidade, em que problemas sociais e ambientais ganham escala e são mundializados, faz sentido dar continuidade à frase do autor: "tanto neste como em outros casos, porém mais do que em outros casos, o resíduo se revela o mais precioso"[34]. É o que parece fazer Harvey hoje, quando se refere a uma parte da sociedade que é descartada nas análises do mundo do trabalho, o lumpenproletariado:

> *Es imperativo que tales sectores de la poblacion sean ahora incluidos y no excluidos como decisivos para la politica anticapitalista... las luchas de los trabajadores contra la recuperacion y realizacion del plus valor en su espacio vital tienen que recibir un trato igual al de las luchas en los diversos puntos de producción de la ciudad*.[35]

De fato, a contemporânea "nova personagem" que abordaremos a seguir, os trabalhadores da reciclagem no centro da cidade de São Paulo, atuante neste território desde a década de 1980, configuraria um grupo social que seria descartado das reflexões das estratégias de transformação social pela extrema pobreza de sua condição de vida, quando a observação de seu cotidiano de apropriação do espaço urbano mostra trajetórias para repensarmos possíveis novas fusões.

---

[31] Harvey, 2013, p. 123.
[32] Silva, 2013.
[33] Lefebvre, 2004.
[34] Lefebvre, 2001, p. 112.
[35] *Op.cit.*, p. 205.

Apropriação social do espaço e rentismo no trabalho de reciclagem no Glicério

Trataremos aqui do trabalho no principal território da reciclagem na região central da cidade de São Paulo, no bairro conhecido como Glicério, área com maior concentração de catadores do país, com enfoque sobre aqueles que atuam de forma organizada em cooperativas de reciclagem desde a década de 1980. Trata-se de um dos grupos sociais que participaram desde o final dos anos 1990 das manifestações contra ações da prefeitura municipal, a qual atuava com violência para expulsar populações pobres do antigo centro da cidade, por estas cunhada como ações de *higienização* social para fins de *revitalização* urbana. Os demais grupos organizados eram de movimentos de moradia, de ambulantes, de defesa de crianças e adolescentes e de moradores em situação de rua, com participação de ONGs, pesquisadores e estudantes. Esta análise será feita com base em pesquisa desenvolvida no período de 2007 a 2011[36], que sistematizou o cotidiano e o processo de organização daquele grupo, no bairro com maior concentração de catadores do país.

Considerando-se sua suposta fragilidade diante dos interesses econômicos em torno de projetos urbanos como parte de processos excludentes de gentrificação, é preciso compreender sua permanência neste território até o presente momento, mesmo após gestões municipais contrárias, e mesmo após o recente e significativo processo de valorização imobiliária que afetou a dinâmica urbana em inúmeras cidades do país. Isto é possível porque não só reuniu toda uma rede social que lhe garante uma renda para sua reprodução social, mas também por sua articulação com a configuração espacial urbana, como será exposto. Vemos assim similaridade com a fusão de lutas que marcou a força dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, tratada por Kowarick.

Como já dito, em uma certa classificação estas pessoas comporiam o chamado lumpezinato, em especial pela simplificação social que os iguala ao morador em situação de rua. Originalmente predominava tal confluência, mas desde os anos 1990 consolidou-se mudanças e constituição de diferenças para ambos os casos, não porque o trabalho na reciclagem significaria um patamar acima da situação de rua, mas porque ambos constituíram diferencialmente suas próprias formas de mobilização e organização.

No nosso caso em estudo, análises sobre a atividade da indústria da reciclagem de materiais incluem este trabalhador explorado pelo "chão dos catadores", uma referência ao termo *chão de fábrica*, que especifica a viabilidade dos lucros do setor ao retirar do urbano o material descartado em toda a cidade[37], em especial no centro da cidade com seu significativo comércio e serviços urbanos. Nesta centralidade urbana em estudo, a imensa geração de tantos materiais descartáveis depende da catação, do contrário seria necessário às empresas contratar um serviço especializado para livrarem-se do descarte de embalagens do comércio e papéis descartados da burocracia dos serviços e das instituições. Desta maneira, para tais trabalhadores, torna-se uma garantida e relativamente estável fonte de renda, o que exige uma revisão de sua situação de lumpezinato, apesar de continuar um perfil social que assim poderia classificá-lo: predominantemente negros, de baixa escolaridade, alguns com mais de 50 anos ou jovens sem experiência profissional, outros com limitações físicas e participação de mulheres chefes de

[36] Hirata, 2011.
[37] Bugos, 2008.

família, todos com baixíssimas possibilidades de entrarem no mercado formal de trabalho, e mesmo em alguns setores do setor informal.

Mas como já argumentado em outro momento, este mesmo urbano exige uma outra leitura, uma visão urbana[38] que não reduza este trabalhador a explorado pela lógica industrial, e muito menos como espoliado no urbano, mas como resistência a apropriar-se da potência deste mesmo urbano para reverter em melhoria de sua reprodução social e humana, tornando-o sujeito político de permanência na centralidade. Isto é possível ao explorarmos as contradições da própria reprodução do capital.

Uma das contradições é a produção de uma situação de precariedade de moradia que se caracterizaria como periférica, mas que se dá em pleno centro antigo. Como em outras grandes cidades, o centro de São Paulo foi sendo abandonado pela elite no jogo de valorização imobiliária por expansão urbana, neste caso em vários momentos mas principalmente no forte processo de urbanização dos anos 1950 até os anos 1970. Há assim uma desvalorização dos imóveis por seu abandono ou por sua transformação em cortiços, pela situação de pobreza de seus moradores e violência urbana. Nesta condição, a contradição configura-se quando, diferente dos distantes bairros dormitório consequentemente produzidos, a espoliação imobiliária opõe-se à espoliação urbana. Apesar do alto valor da moradia dos precários cortiços, há a minimização da espoliação urbana, pois o centro permite o acesso a equipamentos urbanos em maior quantidade e maior qualidade que nos bairros distantes, como hospitais, escolas públicas e lazer, maior condição de mobilidade e competitivo e variado comércio. E o mais importante, maior disponibilidade de trabalho, seja formal ou informal. Se o capital tende a cortar postos de trabalho, o trabalhador, como morador, ali encontra brechas para incluir-se como negação da espoliação urbana.

Neste território, há uma especificidade do trabalho na reciclagem, que se apropria de uma outra brecha própria de sua condição de centralidade. As rendas possíveis desta atividade podem ser maiores do que as dos trabalhadores formais do rico comércio e serviços do centro, do que os vendedores das lojas, atendentes de *call centers*, terceirizados dos serviços de limpeza, entre outros. A forma organizada de trabalho e o domínio sobre a potencialidade deste território configuram-se como estratégias de melhoria nas condições de trabalho, maior produtividade e maiores quantidades. Esta conjunção permite melhor condição de negociação sobre os preços dos recicláveis diretamente com as indústrias da reciclagem, eliminando a figura do atravessador que explora os trabalhadores individuais.

Estas seriam reconfigurações no âmbito da produção em si, mas seus ganhos relacionam-se também à renda da terra. Inicialmente, esta atividade não tem que pagá-la, o que se dá sob duas formas. A primeira é a renda fundiária, que não é paga uma vez que faz uso de espaços públicos ou abandonados do centro, sob viadutos, terrenos e casas sem manutenção e mesmo abandonadas por seus proprietários, espaços cedidos pelas instituições religiosas, ONGs e mesmo de instituições públicas. Outra fonte de renda é a de extração, pois o material reciclável é simplesmente descartado em toda a cidade por considerá-lo meramente lixo, sem nenhum valor. Sobre isto há ainda extração por monopólio, uma vez que as maiores fontes de reciclados, grandes geradores dos pontos comerciais, estabelecem um compromisso de exclusividade com

[38] Hirata, *op.cit.*

uma única pessoa ou cooperativa, desde que coletado com periodicidade garantida. Este conjunto de condições que lhe permite maiores rendimentos.

Tanto é rentável que tem atraído interesses de setores empresariais. Na última década surgiram várias situações que passaram a colocar em risco este quadro, com a contratação de empresas na coleta de recicláveis contratados pela própria prefeitura e o interesse de usinas geradoras de energia a partir da queima do lixo. Ou seja, o material que era abundante parece ter uma tendência de tornar-se uma raridade, principalmente quando gestões menos populares passam a fazer uso da criminalização da pobreza.

No entanto, a própria forma organizada destes trabalhadores, do nível local ao nacional, tem criado mecanismos de resistência e permitido sua continuidade. E aqui encontra-se o maior potencial de contradição do urbano explicitada por Harvey, uma contradição da própria renda de monopólio da terra, quando o investimento em construção e em movimentos culturais, "abren un espacio para el pensamiento y la acción politica"[39], característica do urbano já apontada por Lefebvre quando afirma que o espaço é política[40]. É sob tal potência política de "encontros urbanos"[41] que se tem observado um processo de fusão de lutas.

Fusão de lutas pelos catadores na centralidade urbana

Esta contradição, a abertura para o debate e ação política, segundo Harvey materializou-se em alguns momentos, relacionados a uma forma de apropriação territorial, como nos casos dos conflitos de El Alto, na Bolívia, e em Inner Harbour, em Baltimore (2013). Se os cercamentos marcaram a urbanização da produção capitalista no início da Revolução Industrial, ele também "puede servir asi como medio transitorio para obtener un propósito político comun"[42]. Segundo ele, nestes lugares configurou-se um outro domínio territorial a partir de condições baseadas em laços comunitários que aglutinaram grupos representativos locais. No primeiro caso, o propósito comum foi o conflito em torno da privatização da água, e no segundo, o estabelecimento de um "salário vital" para seus trabalhadores.

Veremos que processo semelhante de resistência também ocorreu no caso do centro da cidade de São Paulo em torno do trabalho da reciclagem, por meio de uma rede social de apoio constituída no processo de apropriação cotidiana deste território, abordagem que atualiza a estratégia de fusão de lutas, agora ampliando a então abordagem de base industrial para o necessária avanço de uma visão urbana. Para tanto, retomemos brevemente a trajetória da apropriação do espaço pelos trabalhadores da reciclagem organizados em torno de uma cooperativa localizada no Glicério, que constitui uma "trama" urbana cotidiana articuladora de lutas.

Trajetória urbana no trabalho da reciclagem no Centro da cidade de São Paulo

Inicialmente tratavam-se de moradores de rua, imigrantes recém-chegados à cidade ou trabalhadores que não acessavam o mercado formal de trabalho durante a industrialização dos aos 1970. Em meio às inúmeras possibilidades de trabalho no centro da maior cidade do país,

---

[39] *Op. cit.*, p. 166 e, 167.
[40] Lefebvre, 1999.
[41] Kowarick, 2000.
[42] *Op. cit.*, p. 124, 125.

encontraram trabalho e moradia na atividade da reciclagem nos antigos galpões de pequenos empresários, conhecidos como aparistas. Em troca do material coletado no comércio local, pelos quais recebiam alguns centavos por quilo reunido, estes lhes ofereciam alguns *favores*, o empréstimo da carroça e um lugar de moradia em meio aos materiais depositados no mesmo galpão. Com poucos rendimentos, a alimentação era em parte suprida por entidades religiosas assistenciais próximas, sendo que uma delas o fazia diante da contrapartida de uma preparação coletiva com os produtos descartados de uma grande feira da região. Esta, sob uma diretriz de promoção da autonomia de seus *assistidos*, notou o potencial do trabalho dos catadores quando desenvolvido de forma coletiva. Em grupo, a quantidade maior de materiais reunidos permitiria a eliminação de intermediários, com venda direta para a indústria da reciclagem, assim permitindo maiores ganhos e eliminando a servidão do aparista. A partir daí iniciou-se um processo crescente de organização. Com o apoio da entidade logo formaram uma cooperativa que, junto a uma gestão municipal mais popular, de 1989 a 1992, fortaleceu-se e articulou-se com grupos organizados de outras regiões, posteriormente de outras cidades, até a formação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em 2001.

Se constituíram a autonomia em relação ao trabalho, em seus trajetos cotidianos encontraram grupos ocupando edifícios há anos abandonados e que, também de forma organizada reivindicavam políticas de atendimento ao direito à moradia. Participando destes movimentos os catadores podiam assim deixar de depender das rígidas regras dos albergues ou dos altos preços dos cortiços, adquirindo mais uma camada de autonomia.

Neste processo de articulação de lutas sociais para a melhoria das condições das várias esferas de sua reprodução social, abriram-se inúmeros espaços de debate político, em assembleias, manifestações de rua e nos órgãos públicos localizados na mesma região central: Prefeitura, secretarias municipais e estaduais, Câmara Municipal, órgãos do judiciário, entre outros. Hoje, este contexto lhes permite participar de encontros nacionais e internacionais ligados ao debate ambiental, articulam-se com artistas e intelectuais. espalham-se em outros grupos cooperados e outras atividades diversas que não somente a reciclagem, além de terem conquistado financiamento público para a construção de suas moradias no mesmo centro, com direito de uso de um terreno de propriedade do governo federal.

Fusão de lutas e do cotidiano

Se Kowarick durante os anos 1980 salienta o percurso de diferentes grupos com suas respectivas lutas sociais a se encontrarem no cotidiano dos diferentes territórios do trabalho e da moradia, os trabalhadores da reciclagem do Centro também reuniram em torno de si uma rede de apoio social e político que lhes permite tanto avançar em suas formas de organização para melhoria da condição de trabalho e de seu espaço de reprodução social, quanto para resistir às inúmeras tentativas de expulsão de seu lugar de trabalho, diante dos interesses imobiliários de *revitalização* do antigo Centro da cidade, abandonado pela elite social a partir dos anos 1950.

A partir dos anos 1990 este território passa mais incisivamente por várias intervenções de *revitalização* urbana: reforma de edifícios simbólicos transformados em "âncoras culturais", retorno de órgãos do setor público que se encontravam espalhados nas áreas nobres da cidade[43], reforma de suas praças, incentivos fiscais para empresas, proposta de renovações de áreas por

[43] José, 2007.

meio de concessões urbanísticas, entre outros. Trata-se do processo para adequação espacial às estruturas e aos ganhos de capital pela finança mundializada, estratégia neoliberal de articulação de uma rede de cidades globais, o que inclui cidades de países da *periferia do capitalismo*, caso de São Paulo.

No entanto, diante dos usos populares consolidados na região após décadas de abandono de investimentos pelos interesses econômicos, a antiga centralidade urbana da cidade de São Paulo configura-se um espaço de disputa com toda uma população de baixa renda que ali encontrou melhores condições urbanas de reprodução social em comparação aos distantes bairros periféricos. Passam assim por ações de violência direta e indireta por parte de instituições públicas e privadas, com fiscalizações mais rígidas sobre comércios ilegais e ambulantes, expulsando moradores de rua e catadores, com ações de reintegração de posse sobre os edifícios ocupados, entre outros.

Contudo, tal investida encontrou a resistência de movimentos sociais organizados diversos: os de moradia, dos catadores de materiais recicláveis, de ambulantes, de moradores de rua, de defesa de criança e adolescentes e de defensores dos direitos humanos[44]. No caso dos catadores da cooperativa em estudo, que ocupam uma área residual sob um importante complexo de viadutos que conecta os fluxos de mercadorias e pessoas da cidade, em várias ocasiões o poder público surgiu com seu aparato institucional para retirá-los do local. No entanto, sempre encontrou resistência da rede de apoio da cooperativa, que rapidamente é mobilizada, reunindo defensores dos direitos humanos, jornalistas, políticos, religiosos, artistas, estudantes, ecologistas, entre outros. Enquanto isto, aqueles que trabalham de modo individual vêm seus materiais recolhidos nos caminhões da prefeitura junto ao seu instrumento de trabalho, a carroça puxada pela força de seu próprio corpo.

Esta rede estrutura-se em parte devido à percepção de justiça social por parte de seus apoiadores, mas que se fortaleceu com a crescente relevância da temática ambiental. Se institucionalmente a questão ambiental torna-se um discurso, inclusive no âmbito da agenda global conduzida pelas Nações Unidas, como consta, entre outros, na Agenda XXI, o reconhecimento da relevância deste trabalho neste território foi constituída cotidianamente desde a década de 1980.

Em especial os catadores articularam-se com os movimentos de moradia, como forma de buscar uma solução provisória de habitação nas ocupações, com perspectivas de solução efetiva pela pressão política para a conquista de financiamento público para habitação de interesse social neste mesmo território. Com tais condições de trabalho e moradia como luta pela permanência no Centro, avança-se também na melhoria nas condições gerais de sua reprodução social, fazendo uso da rede pública de serviços, das projetos especiais das ONGs e instituições assistenciais, além do maior acesso ao próprio fazer político, pela concentração de edifícios dos poderes judiciário, executivo e legislativo, instituições do Estado responsáveis pela viabilização do atendimento às demandas sociais.

---

[44] Estes setores reivindicativos correspondem à sistematização de grupos que se reuniram para elaborar um documento de denúncia diante da violência de um "processo de renovação urbana e exclusão" (2006, p. 9), que levou à publicação do dossiê "Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas", organizados em torno do Fórum Centro Vivo.

Portanto, é todo este contexto constituído como melhorias nas condições de produção e reprodução deste trabalhador da reciclagem e morador do centro, junto à constituição de um processo histórico de atuação política, que explica a "força" do urbano que os mantém em uma centralidade urbana em tempos de domínio do rentismo, resistindo à sua lógica de fragmentação social e espacial.

Fusão urbana e ambiental

Uma outra fusão pode ser apontada. A reciclagem constitui o imaginário comum quando se fala em sustentabilidade, termo este em disputa muitas vezes apropriado como um discurso e como mais um espaço de acumulação de riqueza. Para o catador é um forte apelo para justificar a relevância de seu trabalho, junto à possibilidade de enfrentamento da desigualdade social. É sob este viés de sustentabilidade e de justiça social que fortalece sua rede de apoio com o envolvimento de ambientalistas que seguem a Agenda XXI. No entanto, ao constituir-se como um processo político de resistência urbana no âmbito da produção e reprodução, o debate ambiental acrescenta mais uma camada à estratégia de fusão de lutas sociais, deixando de ser mero discurso.

Além da reciclagem de materiais, sob o urbano ele resiste à série de espoliações (urbana, imobiliária e financeira) a que sua condição de pobreza lhe implicaria. Seu trabalho, além de diminuir a pressão da extração de recursos naturais da terra, sua resistência pela permanência no Centro, junto a outros grupos sociais, contrapõe-se à pressão da valorização imobiliária por trás dos projetos de revitalização urbana. Faz a disputa pelos recursos do Estado ao adquirir o direito de uso de um espaço público para a atividade da reciclagem, bem como ao conseguir a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e financiamento para, respectivamente, poder ter acesso à terra e à construção de sua moradia, o que deixa de alimentar a pressão sobre as áreas que o mercado imobiliário tem menor interesse, as áreas rurais próximas à área urbana e áreas de proteção ambiental. Desta maneira, a pauta constitucional da função social da cidade encontra terreno fértil na luta pela permanência no Centro e assim configura-se também como questão ambiental à escala metropolitana. Segundo Martins, a desigualdade social no acesso à cidade e à moradia cria uma simultaneidade de situações conflituosas que articula centro e periferia à preservação de áreas de proteção permanente: "a tensão daí resultante se mostra na periferia como um embate com a natureza; nos centros com a sociedade e o mercado"[45]. Ou seja, quando o catador resiste e faz a disputa das rendas ao apropriar-se do centro, materializa socialmente a sustentabilidade da condição urbana na relação entre sociedade e natureza.

Retomemos a reflexão de Harvey, ao analisar algumas experiências em que processos de resistência e constituição de autonomia local configuram-se como um tipo de cercamento[46]. Isto nos faz retornar à raiz do processo de acumulação capitalista, nos primórdios da industrialização. Originalmente as *enclosures* constituíram uma unidade de dilapidação tanto do trabalhador quanto da terra, com objetivo de mercantilizar tanto a força de trabalho quanto as riquezas possíveis da terra. Trabalhador e terra passam a ser vistos como meros recursos, um humano, outro natural. Desta maneira, mais claramente é possível compreender os discursos sob o domínio do rentismo sobre a terra, pois a questão ambiental deixa de relacionar-se ao ser humano e à natureza para potencializar os processos produtivos. Para François Chesnais e Claude Serfati, isto significa que as forças produtivas transformam-se em forças destrutivas e a

[45] *Op.. cit.*, p. 63.
[46] *Op. cit*, p. 112.

exploração do trabalho em "expropriação do vivente". Sob o rentismo: "as idéias de manutenção, de restituição, de gestão ao longo do tempo podem se impor ao proprietário", pois "a tendência natural do rentista é simplesmente desfrutar dos fluxos de renda enquanto esses duram"[47]. Portanto não se trata mais somente de capitalização da terra, mas de toda a natureza, seja ela a natureza externa, a natural, seja ela humana, à qual o trabalhador da reciclagem contrapõe-se ao apropriar-se de um espaço central.

Considerações Finais

Harvey enfatiza a contradição do rentismo pelo viés urbano em termos de abertura de espaço para a política a partir da sua própria demanda de concentração de usos urbanos, demonstrando a estratégia possível por meio desse próprio urbano. Ao longo deste texto retomamos como foi possível tirar partido da fusão de lutas já experienciada pelos movimentos sociais, e apreendida pelos estudiosos do urbano, em relação aos conflitos surgidos pela forma como se dava a reprodução social da sociedade brasileira no período da industrialização a partir da década de 1950. Ao atualizá-la com os conflitos na apropriação de um antigo Centro, centrada no caso da apropriação do espaço pelo trabalhador da reciclagem, dentro do contexto do movimento de superação da crise capitalista, podemos dizer que tal fusão já não tem mais um caráter conjuntural, como originalmente concebido por Kowarick, mas que emerge como estratégia urbana e humana.

Para além da percepção comum dos limites ao capital impostos pela natureza, ampliar a compreensão da dominação não somente pela exploração do trabalho, mas também pela expropriação das riquezas da terra, segundo Chesnais e Serfati, faz com que se veja aquele que trabalha não só como trabalhador, ou mesmo, como foi possível a Kowarick e outros autores, compreender também a dimensão deste sujeito como morador. Sob o urbano é preciso ampliar o olhar e, para além de trabalhador e morador, quando as forças produtivas de base rentista transformam-se em forças destrutivas deste trabalhador e da terra, o caráter ambiental e urbano leva-nos a considerar a "expropriação do vivente".

Reflexão semelhante pode ser feita sobre outros grupos sociais com os quais o catador se articula, sem deixar de considerar as especificidades do uso que cada grupo faz do espaço, podendo trazer outros elementos de análise para a compreensão da urbanização do rentismo. Portanto, é possível considerar o potencial da análise aqui trazida. De pronto, é preciso repensar as estratégias dos diversos movimentos sociais, possível pela experiência da mobilização dos anos 1970/1980, que precisam compreender a dimensão urbana e ambiental sob o rentismo. E isto também cabe à análise crítica, que ainda se limita ao âmbito da produção, quando o capital há muito apropria-se também dos espaços sociais e territoriais da reprodução social, destruindo o *vivente* e seu potencial político sob a condição urbana.

O catador em sua prática de resistência, social e territorial, soube reformular a estratégia de união de lutas ao apropriar-se de uma centralidade urbana. Em meio às avaliações tanto de críticos quanto dos próprios movimentos sociais fala-se da fragmentação das lutas, e já há esforços de confluência, como entre alguns movimentos urbanos e rurais. Neste sentido nota-se também uma maior consciência de ambientalistas quanto à relevância da consideração do

[47] Chesnais e Serfati, 2003, p.20.

urbano[48], bem como movimentos urbanos cada vez mais incorporam o debate ambiental. Há alguns anos que se fala em necessidade de articular as agendas. Se é preciso um esforço de constituir-se isto na prática, a luta pela permanência no Centro (e nas experiências trazidas por Harvey) mostra que não é só em reuniões, fóruns de debates e conselhos, mas que se deve materializar, como estratégia, nas articulações das formas cotidianas de apropriação do espaço urbano.

Isto quer dizer que é preciso renovar as práticas institucionalizadas estanques às demandas pontuais dos próprios movimentos, bem como reorientar o olhar analítico, que deve se deslocar da interpretação da produção industrial para o viés urbano. É o que demonstrou a observação do cotidiano do catador da cidade de São Paulo, que soube se apropriar de uma brecha de configuração espacial e temporal específica, por força mesmo da necessidade de sua reprodução social, mas também porque tirou partido das condições de uma centralidade urbana, como uma espécie de *ginga* política da vida cotidiana urbana.

Bibliografia

BRANT, Vinicius Caldeira y SINGER, Paul (org). *São Paulo*: o povo em movimento. São Paulo: Vozes, 1980.

BURGOS, Rosalina. *Periferias urbanas da metrópole de São Paulo:* territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. Tese (doutorado em Geografia Humana). São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2008. 357 p.

GOHN, Maria da Glória. *A força da periferia***:** a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

HARVEY, David. *Ciudades Rebeldes*: del derecho a la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Akal, 2013.

HIRATA, Márcia S. *Desperdícios e Centralidade urbana na cidade de São Paulo***:** uma discussão sobre o catador de materiais recicláveis do Glicério. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo/Habitat). São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

HIRATA, Márcia S. Visão urbana: um novo patamar para a história da mobilização social dos catadores. Em: Simpósio Nacional de Geografia Urbana: Ciência e Utopia, por uma Geografia do Possível (XII : 2011 : Belo Horizonte, Brasil). *Anais*. Belo Horizonte, Brasil : UFMG, 2011.

JOSE, Beatriz Kara. *Políticas culturais e negócios urbanos*: a instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo 1975-2000. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2007.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação urbana***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

[48] Silva, 2013.

KOWARICK, Lúcio *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. O capital e a propriedade da terra. In: *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. Cap.5, p. 131 a 172.

LEFEVBRE, Henri. *A revolução urbana* . Trad.: Martins, S. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Valorização imobiliária, movimentos sociais e espoliação. *SINOPSIS*, São Paulo, n.9, p.203-233, 1986.

PEREIRA, P.C.X. *Espaço, técnica e construção*. São Paulo: Nobel, 1988.

PEREIRA, P.C.X. Agentes imobiliários e reestruturação: interesses e conflitos na construção da cidade contemporânea. In: PEREIRA, P.C.X., comp. *Negócios imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina***.** São Paulo: FAUUSP, 2011. 368 p.

PEREIRA, P.C.X. Agentes. El vaciamiento de la noción de gentrificación y sus consecuencias para la lucha urbana y el derecho de la ciudad. Em: Congresso Internacional Contested Cities (1o : 2016 : Madri, Espanha). *Anais*. Madrid, Espanha : 2016.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti Rodrigues. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. *Revista Estudos Avançados* [en línea]. Janeiro-abril 2011, no. 71 [data de consulta: 08 Agosto 2005]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100005.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991[1988].

SILVA, Marcos Virgílio da. *Naturalismo e biologização das cidades na constituição da ideia de meio ambiente urbano***.** São Paulo: Alameda, 2013.

TELLES, Vera da Silva. A cidade como questão. Em: *Pontos e Linhas I*. Junho, 2005.